

Dolarização e prefixação

HELIVAL RIOS

Uma forma de dolarização indireta da economia brasileira, ao lado de uma prefixação de preços e salários, é uma das idéias que vem ganhando força no Ministério da Fazenda, nos estudos iniciados pelo governo para o fechamento de um programa firme de combate à inflação inercial e especulativa. O novo programa de estabilização econômica deverá estar concluído dentro de aproximadamente 30 dias, e deverá ser sustentado por um pacto firmado entre o governo, o Congresso Nacional e os agentes econômicos. O programa de combate à inflação inercial e especulativa deverá guardar plena identidade com o plano de ação anunciado pelo governo no dia 24 de abril último, e que ora tramita no Legislativo.

Informantes da área técnica do governo disseram ontem ao **Jornal de Brasília** que já há algum tempo a maior restrição técnica à adoção de um sistema de âncora cambial ou dolarização, quer direta, ou indireta deixou de existir no Brasil.

Técnicos acostumados a lidar com o tema assinalam que um País não pode promover uma dolarização ou utilizar-se de uma âncora cambial em sua economia, se a relação entre suas reservas internacionais e o PIB (Produto Interno Bruto) não for de pelo menos 5%.

Ao adotar a dolarização como uma forma de estabilizar a economia (medida, contudo, que se fez acompanhar de uma profunda reforma fiscal), em 1989, os argentinos tinham um nível de reservas externas de US\$ 12 bilhões, contra um PIB de US\$ 230 bilhões, numa relação, portanto, de 5,2%. No caso do Brasil de hoje, para um PIB de US\$ 450 bilhões, há um nível de reservas externas de US\$ 25 bilhões, numa relação de 5,55%. Deixou, assim, de existir a principal "restrição técnica" à adoção de uma dolarização no Brasil, como mecanismo de combate à inflação

inercial.

Nas conversas que manteve na Argentina com o ministro da Economia daquele país, Domingo Cavallo, o ministro Fernando Henrique Cardoso demonstrou um interesse muito além do corriqueiro sobre detalhes do funcionamento do plano de estabilização argentino.

Missão — Informantes do governo acenam mesmo com a possibilidade, nos próximos dias, de uma troca de missões técnicas entre os dois países, dentro de um esquema de cooperação, a fim de que os brasileiros possam dirimir dúvidas quanto a alguns detalhes do funcionamento de um programa de dolarização.

O Brasil, contudo, pode não adotar uma "dolarização direta", como a da Argentina, optando por um processo indireto de dolarização, mais ou menos na linha do que é sugerido pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), utilizando-se as reservas internacionais do País, não para viabilizar uma conversão direta de cruzeiros em dólares, mas sim para lastrear um forte título da dívida pública, que desempenharia o papel de indexador da economia, fazendo-se, na verdade, uma triangulação entre cruzeiro-dólar e o novo título.

A prefixação de preços é também uma idéia considerada atraente na ala técnica do governo, como um mecanismo eficaz de combate à inflação inercial.

No caso de uma dolarização, contudo, já existem mais indícios de um caminho nesta direção, destacando-se, aí, a liberação do câmbio para o turismo na América Latina, a possibilidade de exportadores realizarem depósitos em dólar e uma cada vez maior aproximação de um sistema cambial unificado, como defende o ministro Eduardo Vieira. Valem destaque, também, as declarações do ministro Fernando Henrique Cardoso de elogios à proposta de dolarização indireta da CNI.

ganham força no governo

conomia (Brasil)

Sexta-feira, 28/5/93 • 9